

BBCE Balcão  
Brasileiro de  
Comercialização  
De Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>

# MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Ano de 2022 foi marcado pelo consumo moderado de energia no País, em contrapartida ao incremento de volume para o mercado livre, além do impacto no Preço de Liquidação da Diferenças (PLD) no piso. Nesse cenário, a BBCE demonstrou solidez, ampliou o *marketshare* e volume de negócios, além de evoluir sua oferta de soluções a partir do lançamento do EHUB, com aprimoramentos em produtos e serviços.

O grande destaque de 2022, entretanto, foi a evolução da gestão e do planejamento estratégico da Companhia. Em 2021, a BBCE realizou a eleição de novo Conselho de Administração para o biênio 2022 a 2024, bem como uma transição da liderança, com a contratação de novo diretor-presidente que assumiu o cargo em junho.

O novo líder da BBCE é André Brandão, executivo com sólida experiência no mercado financeiro. André chegou focado no desenvolvimento do plano estratégico que propiciará a BBCE do futuro e, para atingimento desse plano, o Conselho de Administração realizou chamadas de capital.

Soma-se a esse contexto mudanças regulatórias previstas na Resolução CVM nº 135, que trouxe aprimoramentos de governança para as entidades administradoras de mercado organizado, e no Projeto de Lei nº 414/2021 que podem incrementar o número de agentes com acesso ao mercado livre. Assim, o planejamento desenvolvido auxilia a BBCE a crescer ainda mais de patamar e ampliar horizontes ao longo dos próximos cinco anos.

A BBCE lançou em 2022, a plataforma de negócios EHUB que suporta a estratégia da Companhia de ampliar o portfólio de produtos e serviços na cadeia de valor de contratos ativos e valores mobiliários de energia e correlatos.

Com foco no cliente, fechamos 2022 com aumento de 4,9 pontos percentuais no *marketshare* e avançamos nas implementações no EHUB cientes dos desafios enfrentados com baixo valor do PLD, que acarretam acentuada diminuição da volatilidade e, como consequência, redução da quantidade de negócios em tela. O contexto reforça ainda mais a necessidade de ampliação de portfólio com objetivo de prover mais resiliência de receitas.

A plataforma viabilizou o crescimento de 30% do volume de negócios. Do montante total transacionado na BBCE, 52% envolvem vencimentos superiores a 2023, o que demonstra a confiança que o mercado possui na infraestrutura da BBCE, que comprovou resiliência para suportar a alta atual e a futura.

Com os esforços e investimentos nesse exercício fiscal, caminhamos rumo a 2023 ainda mais preparados para crescer e enfrentar desafios, com uma BBCE direcionada à missão de ser parceira dos clientes e ser fonte de liquidez, segurança e transparência.

Considerando o momento da companhia, de esforços financeiros em direção a implementação do planejamento estratégico e em decorrência do resultado de 2022, não haverá distribuição de lucros, conforme previsto em estatuto.

**Ricardo Lisboa**

Presidente do Conselho de Administração da BBCE



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da  
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.**  
*São Paulo - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento da receita com prestação de serviço

Veja as Notas 6g e 18 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 20.036 mil de receita operacional líquida com prestação de serviços da Plataforma Balcão e Plataforma Derivativos.</p> <p>A receita operacional líquida da Companhia é composta por taxas e emolumentos decorrentes da formalização de contratos de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma Derivativos, cujos os valores variam em função do volume de energia elétrica transacionada entre os respectivos participantes do mercado de balcão de energia elétrica e são reconhecidas quando a formalização dos contratos de compra e venda de energia elétrica é efetivada dentro das plataformas da Companhia.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia elétrica fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação dos contratos de prestação de serviços mantidos com os participantes do mercado de balcão de energia elétrica e avaliação se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle, ou seja, quando a formalização dos contratos de compra e venda de energia elétrica é efetivado na plataforma balcão e derivativos;</li><li>• Realização de testes matemáticos, com base em amostragem, da receita decorrente da formalização de contratos de compra e venda de energia elétrica na Plataforma de Balcão e Plataforma de Derivativos da Companhia;</li><li>• Inspeção, com base em amostragem, das notas fiscais e das respectivas liquidações financeiras das receitas registradas;</li><li>• Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis o saldo registrado como receita operacional líquida com prestação de serviços da Plataforma Balcão e Plataforma Derivativos, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

## Outros assuntos

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2022, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita  
Contador CRC SP-271754/O-9



## BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes	7	25.762	25.965
Contas a receber	8	1.217	1.511
Contas a receber de partes relacionadas	8 e 23	444	450
Ativo Fiscal Corrente	9	8.465	1.884
Direito de uso	-	118	101
Despesas Antecipadas	-	194	111
Outras contas a receber		2	2
		<b>36.202</b>	<b>30.024</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	10	342	463
Intangível	11	36.742	31.186
		<b>37.084</b>	<b>31.649</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>73.286</b>	<b>61.673</b>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	1.299	2.144
Obrigações sociais e trabalhistas	13	7.197	3.606
Passivo Fiscal Corrente	14	294	400
Arrendamento	-	124	109
Provisão de plano de incentivo	15	406	115
Outras contas a pagar	12	701	249
		<b>10.021</b>	<b>6.623</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	16	606	612
Provisão de plano de incentivo	15	598	129
		<b>1.204</b>	<b>741</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17	64.466	48.639
Resultado Acumulado		(2.405)	5.670
		<b>62.061</b>	<b>54.309</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>73.286</b>	<b>61.673</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	18	20.036	18.797
Custo dos serviços prestados	19	(6.603)	(4.087)
<b>Resultado bruto</b>		<b>13.433</b>	<b>14.710</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	20	(29.402)	(17.976)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido antes do resultado financeiro</b>		<b>(15.969)</b>	<b>(3.266)</b>
Receitas Financeiras	26	<b>2.264</b>	1.337
Despesas financeiras	26	<b>(86)</b>	(125)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	21	<b>2.178</b>	<b>1.212</b>
<b>Prejuízo líquido antes dos impostos</b>		<b>(13.791)</b>	<b>(2.054)</b>
Imposto de renda e contribuição diferido	22	5.715	751
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(8.076)</b>	<b>(1.303)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(8.076)</b>	<b>(1.303)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes dos exercícios</b>	<b><u>(8.076)</u></b>	<b><u>(1.303)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Total
	Capital subscrito	Capital a subscrever	Reserva legal	Reserva especiais de lucros	Resultado do Exercício	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>41.503</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>6.109</b>	<b>-</b>	<b>48.138</b>
Ações integralizadas	7.136					7.136
Prejuízo líquido do exercício					(1.303)	(1.303)
Absorção de prejuízo reserva de lucros				(1.303)	1.303	-
Reversão do dividendo mínimo obrigatório				366	-	366
Outros				(27)		(27)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>48.639</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>5.145</b>	<b>-</b>	<b>54.310</b>
Ações integralizadas	28.268		-	-	-	28.268
Ações a integralizar		(12.441)				(12.441)
Prejuízo líquido do exercício	-		-		(8.076)	(8.076)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.907</b>	<b>(12.441)</b>	<b>526</b>	<b>5.145</b>	<b>(8.076)</b>	<b>(62.061)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(8.076)	(1.303)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	204	2.869
Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	5.086	2.359
Direito de uso	(17)	(101)
Demandas judiciais	-	612
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(35)	(4)
Valor residual do imobilizado baixado	3.450	5
Provisão de bônus	2.281	587
Plano de incentivo	(760)	244
IR Diferido	(5.714)	-
Outros	70	17
<b>(Aumento)/diminuição dos ativos:</b>		
Contas a receber	(709)	(19)
Contas a receber - partes relacionadas	-	(238)
Impostos a recuperar	867	(1.884)
Despesas antecipadas	83	(111)
Outras contas a receber	1	17
<b>Aumento/(diminuição) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(845)	1.036
Obrigações sociais e trabalhistas	2.893	228
Obrigações tributárias a recolher	(106)	(65)
Arrendamento	14	109
Outras contas a pagar	(340)	(295)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>(1.653)</u>	<u>4.063</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(83)	(181)
Aquisições de ativo intangível	(14.294)	(16.102)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<u>(14.377)</u>	<u>(16.283)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	<u>15.827</u>	<u>7.136</u>
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<u>15.827</u>	<u>7.136</u>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(203)</u>	<u>(5.084)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.965	31.049
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.762	25.965
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(203)</u>	<u>(5.084)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto Operacional**

A BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Av. São Gabriel, nº 477, 2º Andar, Jardim Paulista – São Paulo, tem como objetivo a execução das atividades de desenvolvimento, a administração, a disponibilização, a exploração e manutenção de sistema eletrônico ou ambiente para a prestação de serviços aos seus clientes de formalização de contratos de compra e venda de energia elétrica por meio da rede mundial de computadores; a administração de bens e negócios próprios.

É líder no segmento de negociação eletrônica no mercado físico, tem em sua plataforma o maior ambiente de comercialização de energia do país, prestando serviços de negociação, pós-negociação. Esse ecossistema no mercado de energia é pautado em governança e foco na sustentabilidade do setor, inclusive tendo seu processo operacional de balcão de energia aprovado pela resolução CVM 135/22.

### **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A administração da Companhia declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados em milhares de reais.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Receita sobre serviços** – a receita é reconhecida pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, reduzida por impostos sobre receitas, abatimentos e outras provisões similares;
- **Direito de uso** – a política contábil que baseia o registro e reconhecimento do contrato de arrendamento é baseado no CPC 06 que reconhece mensalmente a amortização do direito de uso. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos, a uma taxa de desconto “implícita” no cálculo do valor à pagar.

#### a. **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além da situação econômica do cliente. A Companhia efetua a provisão para perda estimada sobre créditos de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos acima de 180 dias;
- **Nota explicativa 11** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

#### (i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores com reporte diretamente a Superintendente Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. A conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - Transações com pagamento baseado em ações;

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. O custo histórico é uma das bases de mensuração de onde os ativos são contabilizados pelo valor pago com caixa ou seus equivalentes, garantido uma mensuração próxima a realidade do real valor recuperável do ativo.

No caso dos passivos, estes são contabilizados pelos valores de caixa e seus equivalentes a serem pagos ou pelo justo valor de outra retribuição a ser entregue para liquidar a obrigação. A Companhia também segue as premissas de atualização de valor justo para seus instrumentos financeiros, sejam eles direitos ou deveres, sempre mensurados pelo valor atualizado de acordo com resultados ou informações abrangentes.

## **6 Descrição das principais práticas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para demandas judiciais (provisão para contingências), perdas com créditos de liquidação duvidosa, seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixas, estão inclusas as contas correntes em bancos com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **b. Ativos e passivos financeiros**

Valor justo de instrumentos financeiros: Conforme citado no item 25 – Base de mensuração, os instrumentos financeiros são registrados por seu custo histórico e atualizados de acordo com a avaliação da administração sendo por meio de atualização de seus valores monetários ou pelas condições para liquidação dos valores, sendo refletidos no resultado financeiro.



**c. Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa**

São estimadas de acordo com o histórico do cliente, tempo em que o saldo está em aberto além das informações complementares como situação econômica do cliente.

As perdas são reconhecidas no momento inicial do seu ativo financeiro e posteriormente são avaliadas subsequentemente e são considerados os seguintes pontos: (i) que a contraparte deixe de pagar suas obrigações; (ii) é avaliado a quantidade de exposição ao risco. A Companhia tem como política efetuar a provisão para perda sobre títulos vencidos acima de 180 dias.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto se reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores e Periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente softwares abrangentes e setoriais com aplicação direta operacional e gastos com desenvolvimento das plataformas.

**Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares

5 anos

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização.

Os custos diretos para o desenvolvimento de softwares incluem os custos dos empregados da equipe de desenvolvimento e parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Provisões para passivos contingentes**

As provisões de contingências seguem as premissas adotadas no CPC 25 de acordo com a probabilidade das obrigações (prováveis, possíveis e remotas), bem como a atualização dos valores considerados como devidos, a fim de retratar fidedignamente o saldo da obrigação da Companhia.

**g. Receita de contrato com cliente**

A receita compreende ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente prestação de serviços de operação de intermediação e agenciamento no balcão de energia desenvolvido e administrado pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrição a seguir:

- (i) Taxas e Emolumentos: decorrem de acordo com o volume de energia elétrica transacionada na plataforma da Companhia, gerando emolumentos originados de produtos de balcão e derivativos.

Em decorrência do CPC 47, a Companhia segue a premissa do reconhecimento de receita no momento da transferência do controle, ou seja quando o cliente opera nas plataformas da Companhia, o contrato de compra e venda de energia elétrica é formalizado.

O preço alocado ao cliente depende da (demanda/oferta) transacionada na plataforma e a Companhia possui uma tabela de cobrança de acordo com o total transacionado. Então, com o contrato formalizado a receita é gerada e liquidada no prazo médio de 10 dias.

**h. Pagamento baseado em ações**

**(i) Incentivo de longo prazo (ILP)**

A Companhia possui “Plano de *Phantom Share*” que amparado pelo CPC 10, estabelece os termos e condições de outorga de unidades de natureza de prêmio financeiro lastreadas em cotações de ações da Companhia, calculadas com base na variação do EBITDA da Companhia, nos termos e condições previstos.

A cada exercício, a Companhia reconhece o direito das *phantom shares* por parte de seus executivos e registra a obrigação, de acordo com o grau de liquidez. Ano-a-ano, conforme o direito do colaborador torna-se efetivo, a contabilidade torna a reconhecer a obrigação da Companhia e o relatório é atualizado de acordo com o EBITDA corrente do exercício ou valuation da companhia, a depender do caso.

**(ii) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros ativos, descontos obtidos e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros passivos, os descontos concedidos, as despesas bancárias e variação cambial passiva.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000 trimestrais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 20% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **k. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

###### *Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJROs ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**l. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

Os ativos não financeiros e os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado e têm o seu valor recuperável testado e analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil do ativo como o objetivo de mensurar sua possível deterioração, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo poderá não ser recuperado pelo fluxo de caixa futuro estimado que se espere de seu uso ou uma eventual alienação. Os fatores considerados pela Empresa na avaliação incluem os resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment*). A redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

**m. Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**n. Novas normas**

Uma série de novas normas foram efetivadas a partir de 1 de janeiro de 2022. Abaixo segue a relação das alterações das normas das quais entendemos que não possuem impacto em nossas Demonstrações Financeiras:

- **Referência a estrutura conceitual** – Alteração do CPC 15 / IFRS3
- **Classificação o passivo em circulante e em não circulante** – Alteração CPC 26 / IAS 1
- **Divulgação de políticas contábeis** – Alteração CPC 26 / IAS 1
- **Definição de estimativas contábeis** – AlteraçãoCPC 23 / IAS 8

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Aplicações financeiras (i)	25.762	25.965
	25.762	25.965

- (i) Referem-se a operações cujo vencimento na data do balanço seja igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e atrelado ao risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Substancialmente são remuneradas por meio da aplicação de um percentual negociado sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) e CDB (Certificado de Depósito Bancário). O percentual negociado sobre o CDI no período foi de 77% e no CDB 23% (em 2021 foram 99% no CDI).

**8 Contas a receber de clientes**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Clientes nacionais	1.252	1.515
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(35)	(4)
Partes relacionadas	444	450
	1.661	1.961

A análise de vencimentos do saldo contábil das contas a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
A vencer	1.343	1.832
Vencidas até 90 dias	92	122
Vencidas de 91 a 180 dias	246	7
Vencidas acima de 181 dias	15	4
	<b>1.696</b>	<b>1.965</b>

Todos os clientes são analisados antes de serem cadastrados, tanto no âmbito financeiro, fiscal e societário. Ressalta-se que a operação da Companhia é muito específica, cujo portfólio de clientes é formado por empresas conhecidas no mercado de energia, diminuindo assim o risco de realização da carteira.

	<b>2022</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(4)	(31)	-	(35)
	<b>2021</b>			
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
Provisão para perdas esperadas dwe crédito de liquidação duvidosa	-	(4)	-	(4)

## 9 Ativo Fiscal Corrente

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Contribuição social	19	19
IRRF a compensar	620	870
PIS a compensar	38	12
COFINS a compensar	172	56
Provisão de IR e IOF (1)	317	174
IRPJ e CSLL Diferido (2)	6.466	752
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	739	-
ISS a compensar	94	-
	<b>8.465</b>	<b>1.884</b>

- (1) Impostos sobre aplicações financeiras. Valores de impostos estimados com base nos saldos disponíveis em 31/12/2022.
- (2) IR e CSLL Diferidos relativo aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios anteriores e corrente, impactado principalmente pelo ajuste de *impairment* de ativos intangíveis e de diferenças temporárias.

## 10 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil

	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Total
<b>Custo</b>					
Em 31 de dezembro de 2021	251	39	22	556	868
Adições	-	-	-	84	84
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>251</b>	<b>39</b>	<b>22</b>	<b>640</b>	<b>952</b>
<b>Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável</b>					
Em 31 de dezembro de 2021	(166)	(14)	(6)	(215)	(401)
Depreciação	(85)	(4)	(2)	(118)	(209)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(251)</b>	<b>(18)</b>	<b>(9)</b>	<b>(333)</b>	<b>(610)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>307</b>	<b>342</b>

## 11 Ativos intangíveis

Em milhares de Reais	Plataforma derivativos	Implantação sistemas internos	Plataforma Curva Foward	Plataforma EHUB	Plataforma leilão	Intangível em desenv,	Total
<b>Custo</b>							
Em 31 de dezembro de 2021	7.968	496	-	-	932	22.665	32.061
Adições	490	50	166	2.057	61	11.268	14.092
Baixa	(4)	-	-	-	(3)	-	(7)
Write off (i)	-	-	-	-	-	(3.450)	(3.450)
Transferência	-	-	-	27.234	-	(27.242)	(8)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.454</b>	<b>546</b>	<b>166</b>	<b>29.291</b>	<b>990</b>	<b>3.241</b>	<b>42.688</b>
<b>Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável</b>							
Em 31 de dezembro de 2021	(1.533)	-	-	-	(62)	-	(1.595)
Amortização	(1.594)	(163)	(12)	(2.386)	(195)	-	(4.350)
Perdas: redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.127)</b>	<b>(163)</b>	<b>(12)</b>	<b>(2.386)</b>	<b>(257)</b>	<b>-</b>	<b>(5.945)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.326</b>	<b>383</b>	<b>154</b>	<b>26.905</b>	<b>733</b>	<b>3.241</b>	<b>36.742</b>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu a avaliação da vida útil de bens do ativo intangível e efetuou algumas baixas (*write off*), aprovadas pelo CEO, Superintendente Financeira e Conselho de Administração, vide abaixo:

### (i) Teste por redução ao valor recuperável

	2022	2021
Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	3.450	2.357
<b>Total</b>	<b>3.450</b>	<b>2.357</b>

No exercício de 2022 foi reconhecida Perda ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*) em R\$ 3.450 (R\$ 2.357 em 2021) com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no CPC 04 Ativo Intangível, considerando a obsolescência tecnológica e descontinuidade da Plataforma Balcão que foi substituído pelo E-HUB.



## 12 Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores – nacionais (1)	1.299	2.144
Outras contas a pagar (2)	<u>701</u>	<u>249</u>
<b>Total de fornecedores</b>	<b><u>2.000</u></b>	<b><u>2.393</u></b>

- (1) A Companhia paga seus fornecedores com um prazo de 10 dias após o recebimento da nota fiscal no sistema. No montante total a pagar se concentra principalmente fornecedores referente ao processo de desenvolvimento e manutenção das plataformas, onde ocorrem as negociações de energia.
- (2) Notas fiscais que não são recebidas no período de corte ao fechamento contábil, são provisionadas na conta denominada Outras contas a pagar. Assim que a nota fiscal é recebida, a provisão é revertida contra a conta de fornecedores.

## 13 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão para pagamento de bônus (1)	5.605	2.528
FGTS a recolher	77	49
INSS a recolher	206	135
IRRF	276	165
Provisão e encargos s/ férias	<u>1.033</u>	<u>729</u>
	<b><u>7.197</u></b>	<b><u>3.606</u></b>

- (1) Refere-se à provisão de bônus a ser pago aos colaboradores da Companhia, conforme política adotada pela área de Pessoas e Cultura.

## 14 Passivo Fiscal Corrente

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
PIS / COFINS a recolher	125	202
ISS a recolher	73	93
Tributos Retidos na Fonte	<u>96</u>	<u>105</u>
	<b><u>294</u></b>	<b><u>400</u></b>

## 15 Pagamento baseado em ações

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão de Plano de Incentivo	<u>1.004</u>	<u>244</u>
<b>Circulante</b>	406	115
<b>Não Circulante</b>	598	129

A Companhia tem em sua política de benefícios, um plano de incentivos elegíveis a um grupo de colaboradores, que em resumo, seria uma bonificação, determinado pelo preço de quotas/ações da empresa. Todavia, não se trata de ações da própria companhia, e sim, um parâmetro para pagamento a esses beneficiários (Phanton Share). A provisão foi calculada por um valor médio de R\$ 2.099,00 o valor da ação.

## 16 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, bem como riscos relacionados à sua operação e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possui um processo contingente em 31 de dezembro de 2022, classificado com perda provável:

	2022	2021
<b>Processo Trabalhista</b>	<b><u>606</u></b>	<b><u>612</u></b>

	2022				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Atualização Monetária	Saldo final
<b>Provisão Processo Trabalhista</b>	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>14</u>	<u>606</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía processos classificados com probabilidade de perda possível.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

	Ações ordinárias	
<i>Em milhares de ações</i>	2022	2021
Em 1º de janeiro	<b>48.639</b>	<b>41.503</b>
Emitidas e pagas em dinheiro	<u>15.827</u>	<u>7.136</u>
<b>Emitidas em 31 de dezembro - totalmente integralizadas</b>	<b><u>64.466</u></b>	<b>48.639</b>

As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Acionistas preferenciais participam somente até o limite do valor nominal dessas ações.

A Companhia teve um aporte a integralizar no capital social em dezembro de 2022 no montante de R\$ 12.441 mil.

#### ***Ações ordinárias***

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

**b. Reserva de lucros**

- **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2022.
- **Reserva de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

**c. Dividendos**

O estatuto prevê que 25% dos lucros líquidos apurados pela Companhia sejam distribuídos aos acionistas. Não foram provisionados e nem distribuídos dividendos em 31 de dezembro de 2022.

**18 Receitas**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita de serviços - Plataforma Balcão	20.929	15.976
Receita de serviços - Plataforma Derivativos	124	156
Receita com Partes Relacionadas - Plataforma Balcão	2.314	5.509
Receita com Partes Relacionadas – Plataformas Derivativos	<u>-</u>	<u>196</u>
<b>Receita total de serviços</b>	<b><u>23.367</u></b>	<b><u>21.837</u></b>
(-) ISS s/ faturamento	(1.170)	(1.094)
(-) PIS s/ faturamento	(386)	(346)
(-) COFINS s/ faturamento	<u>(1.775)</u>	<u>(1.600)</u>
<b>Total de impostos sobre receita</b>	<b><u>(3.331)</u></b>	<b><u>(3.040)</u></b>
<b>Total de receita líquida de serviços</b>	<b><u>20.036</u></b>	<b><u>18.797</u></b>

**19 Custo dos serviços prestados**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custo com pessoal e encargos	<b>(2.500)</b>	(1.985)
Consultoria TI	<b>(4.103)</b>	(2.102)
	<b><u>(6.603)</u></b>	<b><u>(4.087)</u></b>

**20 Despesas gerais e administrativas**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas com pessoal	<b>(13.677)</b>	(5.559)
Despesas administrativas	<b>(804)</b>	(1.888)
Conselho Administrativo	<b>(1.370)</b>	(1.188)
Serviços terceirizados	<b>(4.492)</b>	(3.550)
Depreciação direito de uso	<b>(334)</b>	(304)
Depreciação	<b>(124)</b>	(233)
Provisão para perdas com crédito liquidação duvidosa	<b>(31)</b>	(91)
Despesas Indedutíveis	<b>(132)</b>	-

	2022	2021
Impairment (nota 11)	(3.264)	(2.360)
Amortização	(5.050)	(2.636)
Outros	(124)	(167)
	(29.402)	(17.976)

## 21 Resultado financeiro

	2022	2021
Rendimento sobre aplicações financeiras (*)	2.237	1.333
Outros	150	4
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>2.387</b>	1.337
Despesas bancárias	(5)	(6)
Pis/COFINS sobre receitas financeiras	(107)	(62)
Outras despesas	(56)	(9)
Atualização monetária	(2)	(23)
Juros Passivos	(39)	(25)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(209)</b>	(125)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.178</b>	1.212

(\*) Houve integralização de capital no exercício de 2022 ao valor de R\$ 15.827 mil, que foram adicionados aos investimentos mantidos em CDB (Certificado de Depósito Bancário), que são remunerados por meio da aplicação de um percentual negociado sobre o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

## 22 Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Durante o exercício de 2022, a Companhia manteve seu regime de tributação no lucro real. Os valores de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

- Reconciliação no regime de lucro real trimestral

	2022	2021
Resultado contábil antes do IR e CS	(13.790)	(2.055)
(+) Adições	3.487	2.924
(-) Exclusões	(844)	(2.485)
(=) Base tributável	(11.147)	(1.616)
<b>IRPJ E CSLL Diferido</b>		
Prejuízo Fiscal (2022 e 2021)	12.763	1.616
Prejuízo Fiscal (períodos os anteriores)	5.292	
Diferenças Temporárias	1.029	596
Base total	19.084	2.212
CSLL Diferido - 9%	1.717	199
IRPJ Diferido - 25%	4.771	552
Outros	(22)	-
	6.466	751

A Companhia com base nas projeções de resultados futuros, decidiu constituir IRPJ e CSLL diferidos de anos anteriores. Ademais, a companhia tem como projeção, o aproveitamento desses tributos diferidos, conforme o quadro abaixo:

<b>Período</b>	<b>IRPJ e CSLL Diferido</b>	<b>Compensação</b>	<b>Saldo</b>
Anos anteriores	2.529	-	2.529
2022	3.937	-	6.466
2023	5.514	-	11.980
2024	8.066	-	20.046
2025	4.199	-	24.246
2026	-	(2.346)	21.900
2027	-	(8.568)	13.332
2028	-	(13.332)	-

## 23 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação de Partes Relacionadas.

A companhia considera como parte relacionada, as empresas que possuem ações constituídas em seu capital social, bem como, demais empresas que fazem parte do grupo econômico de seus acionistas.

### a. Saldos e transações com empresas do a Companhia

<b>2021</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>Receita</b>
Empresas acionistas e grupo econômico	<b>450</b>	<b>5.704</b>
<b>2022</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>Receita</b>
Empresas acionistas e grupo econômico	<b>444</b>	<b>8.707</b>

### b. Natureza, termos e condições das transações

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia teve operações com partes relacionadas efetuadas em condições comerciais, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação comercial existente é a prestação de serviços pela utilização da Plataforma Balcão e da Plataforma Derivativos da BBCE.

**c. Remuneração da diretoria**

A Remuneração da diretoria (diretores e superintendentes) ocorre por meio da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo do atual presidente da Companhia e demais diretores foi no montante de R\$ 3.183 mil (R\$ 2.392 mil em 2021).

**24 Instrumentos financeiros**

	Nível	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Equivalentes de caixa (Nota 8)	-	25.762	25.965
<b>Custo amortizado</b>			
Contas a receber de clientes (Nota 9)	-	1.217	1.511
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9 e 24)	-	444	450
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores (Nota 13)	-	-	2.144
Outras contas a pagar (Nota 13)	-	701	249

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

**a. Gerenciamento de riscos**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

**b. Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e todos sujeitos a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

**c. Gestão de risco de liquidez**

A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**d. Risco de crédito**

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes.

**e. Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

## 25 Outras informações

- (a) A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos;
- (b) Os saldos de receitas financeiras referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras R\$ 2.264 (2022) e R\$ 1.337 (2021). Os saldos de despesas financeiras referem-se juros passivos, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras no montante de R\$ 209 (2022) e R\$ 125 (2021).
- (c) A Companhia adota uma política de contratação de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação corporativa. As coberturas dos seguros estão assim demonstradas:

Natureza	Vigência	Importância assegurada	Prêmio	Cobertura
Diretores e Administradores	03/09/2021 a 03/09/2022	50.000.000	52.311	Cobertura Ampla A + Ampla B + RC Ambiental de Diretores e Administradores + Cobertura Adicional + Extensões
Responsabilidade Civil Profissional	07/05/2021 a 07/05/2022	3.000.000	111.675	Cobertura Ampla + Extensões + RC Produtos Território Nacional
Empresarial (Imóvel e instalações)	17/08/2022 a 17/08/2023	1.020.000	718,11	Cobertura Ampla (Incêndio + Danos Elétricos + Vidros + Vendaval e Fumaça + Estabelecimentos Comerciais + Despesas Fixas)

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.